

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf WILLEN BANDEIRA GARRIDO

**O papel dos Operadores de Forças Especiais como
assessores na Missão das Nações Unidas para a
Estabilização na República Democrática do Congo
(MONUSCO).**



Rio de Janeiro
2020

Maj Inf WILLEN BANDEIRA **GARRIDO**

O papel dos Operadores de Forças Especiais como assessores na Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para matrícula em programa de pós-graduação *lato sensu* em Ciências Militares.

Orientador: Maj Cav EDUARDO **SCHLUP**

Rio de Janeiro
2020

G241p Garrido, Willen Bandeira.

O papel dos Operadores de Forças Especiais como assessores na Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO). / Willen Bandeira Garrido - 2020. 46f.; 30 cm.

Orientação: Eduardo Schlup.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

Bibliografia: f. 44-45

1. Operações de Paz, 2. Operações Especiais, 3. Política Nacional de Defesa, 4. Assessoramento, 5. MONUSCO. I. Título

CDD 355.4

Maj Inf WILLEN BANDEIRA **GARRIDO**

O papel dos Operadores de Forças Especiais como assessores na Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial a obtenção do título de especialista em Ciências Militares.

Aprovado em 01 de outubro de 2020.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

EDUARDO SCHLUP – Maj Cav - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

ANDERSON LUIZ ALVES FIGUEIREDO – Maj Eng - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

CLEBER HENRIQUE BERNARDES SIMÕES – Maj Cav – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

“Nós dormimos em segurança em nossas camas porque homens rudes permanecem prontos durante a noite para levar violência àqueles que nos querem fazer o mal.”
(Richard Grenier).

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo que tem feito na minha vida.

Ao meu orientador meus agradecimentos pelos direcionamentos claros e precisos durante a confecção do presente trabalho.

Aos meus pais William Medeiros Garrido e Celeste Bandeira Garrido, pelo exemplo e incentivo dispensado em todos os caminhos que decidi trilhar, desde minha concepção.

À minha esposa Mariana e meus filhos Guilherme, João Felipe e Maria Flor, pelo amor, compreensão e apoio sempre que horas de lazer tiveram que ser abdicadas para que este trabalho pudesse ser priorizado.

Aos Comandos e Forças Especiais do Exército Brasileiro.

RESUMO

Os conflitos com características eminentemente irregulares demandam largo emprego de Forças de Operações Especiais (F Op Esp) na garantia da lei e da ordem, na prevenção e combate ao terrorismo e nas ações sob a égide de organismos internacionais. O atual conflito na República Democrática do Congo consegue abarcar todos esses aspectos. Diante desse fato, em 1999 foi estabelecida a Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO). Essa missão tem por objetivo fornecer proteção eficaz, dinâmica e integrada para os civis em risco de violência física como parte de uma abordagem abrangente, a fim de dissuadir e prevenir todos os grupos armados e milícias locais de cometer violência contra a população ou intervir para impedi-la, em prol das comunidades locais. Atualmente, a atuação das tropas da Força de Paz se concentra na região Leste do país. Essa região é caracterizada por possuir vegetação e clima muito semelhantes à região amazônica da brasileira. Por esse motivo e em virtude dos desafios experimentados pelas tropas da ONU nesse ambiente operacional especial, aliado à sugestão do Comandante do Componente Militar da Missão, a ONU solicitou ao Brasil uma equipe que pudesse cooperar com treinamento específico para suas tropas desdobradas nesse complexo cenário. A essa equipe, composta por especialistas em combate em ambiente de selva, foram inseridos operadores de Forças Especiais com o intuito de agregar experiência em Guerra Irregular e assessor o comando da Grande Unidade apoiada no combate aos grupos armados existentes nessa parte do país. Dada a relevância do tema para a consecução dos Objetivos Nacionais de Defesa, previstos na Política Nacional de Defesa brasileira, esse trabalho pretende discorrer sobre o papel desses assessores de Operações Especiais, abordando os resultados obtidos por essa equipe durante o período de seu desdobramento.

Palavras chaves: 1. Operações de Paz, 2. Operações Especiais, 3. Política Nacional de Defesa, 4. Assessoramento, 5. MONUSCO.

ABSTRACT

Conflicts with eminently irregular characteristics demand wide use of Special Operations Forces (SOF) to guarantee law and order, to prevent and combat terrorism and to act under the aegis of international organizations. The current conflict in the Democratic Republic of Congo is able to cover all these aspects. In view of this fact, in 1999 the United Nations Mission for Stabilization in the Democratic Republic of Congo (MONUSCO) was established. This mission aims to provide effective, dynamic and integrated protection for civilians at risk of physical violence as part of a comprehensive approach to deter and prevent all local armed groups and militias from committing violence against the population or intervening to prevent it, for the benefit of local communities. Currently, the operations of the Peace Force troops are concentrated in the eastern region of the country. This region is characterized by having vegetation and climate very similar to the Amazon region of Brazil. For this reason and in view of the challenges experienced by UN troops in this special operational environment, coupled with the suggestion of the Commander of the Military Component of the Mission, the UN asked Brazil for a team that could cooperate with specific training for its troops deployed in this complex scenario. Special forces operators were added to this team, composed of specialists in jungle warfare, with the aim of adding experience in Irregular Warfare and advising the command of the Great Unit supported in the fight against the armed groups that exist in this part of the country. Given the relevance from the theme for the achievement of the National Defense Objectives, foreseen in the Brazilian National Defense Policy, this work intends to discuss the role of these Special Operations advisers, addressing the results obtained by this team during the period of their deployment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Operações com emprego de FOpEsp do Exército Brasileiro.....	22
Figura 2	Estrutura organizacional do Comando de Operações Especiais.....	23

LISTA DE ABREVIATURAS

APCLS	Aliança dos Patriotas por um Congo Livre e Soberano
A Op	Área de Operações
AG	<i>Armed Groups</i>
ASPLAN	Assessoria Especial de Planejamento
B Adm	Base Administrativa
RSABATT	Batalhão da África do Sul
TANZBATT	Batalhão da Tanzânia
BAC	Batalhão de Ações de Comandos
B Ap Op Esp	Batalhão de Apoio às Operações Especiais
B F Esp	Batalhão de Forças Especiais
B Op Psc	Batalhão de Operações Psicológicas
MALBATT	Batalhão do Malawi
CASEVAC	<i>Casualty Evacuation</i>
CG	Centro de Gravidade
CI Op Esp	Centro de Instrução de Operações Especiais
CAS	<i>Close Air Support</i>
C Op Esp	Comando de Operações Especiais
Cia DQBRN	Companhia de Defesa Química Biológica, Radiológica e Nuclear
Pel PE	Pelotão de Polícia do Exército
Cia F Esp	Companhia de Forças Especiais
TANZSF	Companhia de Forças Especiais da Tanzânia
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
ICGLR	Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DQBRN	Defesa química, biológica, radiológica e nuclear
DPO	<i>Department of Peace Operations</i>
DOFEsp	Destacamentos Operacionais de Forças Especiais
IED	Dispositivos Explosivos Improvisados

ECEME	Escola de Comando e Estado Maior do Exército
EM	Estado-Maior
EUA	Estados Unidos da América
END	Estratégia Nacional de Defesa
EB	Exército Brasileiro
LRA	Exército de Resistência do Senhor
QRF	Força de Reação Rápida
FARDC	Forças Armadas da República Democrática do Congo
F Op Esp	Forças de Operações Especiais
ADF	Forças Democráticas Aliadas
FDLR	Forças Democráticas pela Libertação de Ruanda
FE	Forças Especiais
FC	<i>Force Commander</i>
FIB	<i>Force Intervention Brigade</i>
GI	Guerra Irregular
HRDDP	<i>Human Rights Due Diligence Policy</i>
JWMTT	<i>Jungle Warfare Mobile Training Team</i>
LEA	Levantamento estratégico de área
LBDN	Livro Branco da Defesa Nacional
MD	Ministério da Defesa
MONUSCO	Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo
EUTM Mali	Missão de Treinamento da União Europeia no Mali
M23	Movimento 23 de Março
OSD	Objetivo setorial de defesa
ONU	Organização das Nações Unidas
PND	Política Nacional de Defesa
PSD	Política Setorial de Defesa
POP	Procedimentos Operacionais Padrão
RCA	República Centro Africana
RDC	República Democrática do Congo
SU	Subunidade

TCCC	<i>Tactical Combat Casualty Care</i>
TTP	Táticas e Procedimentos
TO	Teatro de Operações
UA	União Africana

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	O PROBLEMA.....	15
1.2	OBJETIVOS.....	16
1.2.1	Objetivo Geral.....	16
1.2.2	Objetivos Específicos.....	16
1.3	HIPÓTESE.....	17
1.4	VARIÁVEIS.....	17
1.5	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	17
1.6	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	18
1.7	METODOLOGIA.....	18
1.7.1	Tipo de pesquisa.....	18
1.7.2	Universo e amostra.....	19
1.7.3	Coleta de dados.....	19
1.7.4	Tratamento dos dados.....	20
1.7.5	Limitações do método.....	20
2	AS OPERAÇÕES ESPECIAIS	21
2.1	AS OPERAÇÕES ESPECIAIS NO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	21
2.2	TIPOS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS.....	24
3	AS OPERAÇÕES DE PAZ	26
3.1	AS OPERAÇÕES DE PAZ NA PND E NA END.....	26
3.2	BREVE HISTÓRICO DA ONU E DAS OPERAÇÕES DE PAZ.....	28
4	A RDC E O ESTABELECIMENTO DA MONUSCO	31
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO.....	31
4.2	A MONUSCO.....	32
5	A EQUIPE DE ASSESSORES DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	35
5.1	CARACTERÍSTICAS DESEJÁVEIS DO ASSESSOR DE OP ESP..	35
5.2	LEVANTAMENTO DO CENTRO DE GRAVIDADE DOS GRUPOS ARMADOS.....	35
5.3	CONSCIÊNCIA CULTURAL.....	36

5.4	CAPACITAÇÃO DAS TROPAS ORGÂNICAS.....	38
5.5	NIVELAMENTO DE PROCEDIMENTOS.....	38
5.6	TREINAMENTO DAS TROPAS DAS FARDC.....	39
5.7	DIREITOS HUMANOS.....	41
6	CONCLUSÃO	42
	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Assessorar os Comandos Operacionais, as Forças Componentes e os Grandes Comandos Operativos são capacidades das Forças de Operações Especiais (BRASIL, 2017). O papel de assessoramento é fundamental para a realização bem-sucedida da principal função das Forças Especiais, a atuação no ambiente de Guerra Irregular.

Segundo Wlateral Dorn, “o Congo estava totalmente despreparado para sua independência da Bélgica em 30 de junho de 1960. Mesmo às vésperas da independência, os africanos foram excluídos da administração do governo e do corpo de Oficiais da Força Pública (antecessora das Forças Armadas da República Democrática do Congo)” (DORN, 2003).

A República Democrática do Congo (RDC) possui 2,3 milhões de km², sua extensão supera 2000 km no sentido Norte - Sul e outros 2000 km no sentido Leste – Oeste. Não obstante o tamanho, possui apenas 2700 km de estradas precariamente pavimentadas, o restante sendo trilhas ou estradas de terra que, na melhor das hipóteses, não são confiáveis ou trafegáveis durante mais de 6 meses de estação chuvosa. Além disso, o país faz fronteira com 9 países, os quais possuem diferentes desafios culturais e sociais, incluindo relações antagônicas. A RDC possui aproximadamente 250 grupos étnicos que compartilham 200 línguas/dialetos diferentes e abriga aproximadamente 150 grupos armados ativos.

Os conflitos com características eminentemente irregulares demandam largo emprego de Forças de Operações Especiais (F Op Esp) na garantia da lei e da ordem, na prevenção e combate ao terrorismo e nas ações sob a égide de organismos internacionais (BRASIL, 2017).

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO) é a maior e mais complexa missão da Organização das Nações Unidas (ONU). Além da ONU, outros Organismos Internacionais buscam apoiar a restauração da paz e a segurança na região Leste do país e contribuir para a estabilização do país, dentre eles: a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGLR), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a União Africana (UA).

Nesse ambiente complexo, o então *Force Commander* (FC) da MONUSCO, General de Divisão Elias Rodrigues Martins Filho solicitou a criação da Equipe Móvel

de Treinamento de Combate em Ambiente de Selva – *Jungle Warfare Mobile Training Team* (JWMTT).

Essa equipe, além de conduzir treinamentos para as tropas dos países integrantes da *Force Intervention Brigade* (FIB), no intuito de contribuir para que tropa seja continuamente adestrada, ainda tem a missão de prestar assessoramento em diversas áreas, bem como no planejamento das operações correntes e futuras.

A FIB é composta por três Unidades de Infantaria e uma Subunidade (SU) de Forças Especiais (FE): Batalhão da África do Sul (RSABATT), Batalhão do Malawi (MALBATT), Batalhão da Tanzânia (TANZBATT) e uma Companhia de Forças Especiais da Tanzânia (TANZSF).

A JWMTT esteve baseada na cidade de Beni, no Leste da RDC, inseridos nessa equipe estão os assessores de Operações Especiais, representados por 01 (um) Oficial Superior e 02 (dois) Sargentos especialistas.

Dessa forma, o presente trabalho se propõe em analisar o papel dos Operadores de Forças Especiais como assessores na Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO), em prol da Política Nacional de Defesa.

1.1 PROBLEMA

Diante desse cenário sensível, verifica-se que as missões de paz multidimensionais não se encontram próximas de um desfecho e, por consequência, a participação do Brasil continuará sendo demandada, o que gera necessidade de otimizar a forma de atuação no contexto dessas operações.

A Política Nacional de Defesa pontua como um de seus objetivos de defesa, manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional. Para isso, orienta sobre a importância do poder dissuasório que essa capacidade confere ao país diante de possíveis ameaças à soberania nacional (BRASIL, 2012d). Além disso, ressalta ser imprescindível que o país disponha de estrutura ágil, capaz de prevenir ações terroristas, de conduzir operações de contraterrorismo e de participar de ações sob a égide de organismos internacionais.

No cenário acima descrito, esta pesquisa se deparou com o seguinte problema: a fim de contribuir com a manutenção da Paz mundial e diante da atual situação orçamentária do país, como manter de forma relevante a participação brasileira em Missões de Paz com a participação do Exército Brasileiro?

1.2 OBJETIVOS

A declaração do objetivo é a parte mais importante de todo o estudo, e precisa ser apresentada de maneira clara e específica. Além disso, devido a essa importância, a declaração desse propósito deve ser estabelecida de forma separada de outros aspectos do estudo, sendo estruturada num tópico exclusivo (CRESWELL, 2010). Dessa forma, esta pesquisa apresenta a seguir o objetivo geral e seu objetivo específico.

1.2.1 Objetivo geral

Estabelecer qual o papel do assessor de Operações Especiais em uma Operação de Paz Multidimensional? Ao responder esse questionamento, esta pesquisa encontra o seguinte objetivo geral: analisar, buscando contribuir com os objetivos nacionais de defesa previstos na Política Nacional de Defesa (PND), como foram empregados os Operadores de Forças Especiais como assessores na Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo.

1.2.2 Objetivo específico

Com a finalidade de delimitar e alcançar o desfecho esperado para o objetivo geral, levantou-se um objetivo específico para a consecução do fim deste estudo, o qual está elencado em seguida:

- a) Estudar a evolução das operações de paz;
- b) Caracterizar a MONUSCO, seu ambiente operacional e evolução histórica;
- c) Caracterizar a República Democrática do Congo;
- d) Apresentar as Forças de Operações Especiais do Exército Brasileiro;
- e) Descrever a participação dos Assessores de Op Especiais na MONUSCO.

1.3 HIPÓTESE

A participação de Operadores de Forças Especiais como assessores na Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo contribui com a consecução dos objetivos nacionais de defesa previstos na Política Nacional de Defesa.

1.4 VARIÁVEIS

As variáveis do presente estudo têm por finalidade avaliar o papel dos Operadores de Forças Especiais como assessores missões de Paz em prol da Política Nacional de Defesa.

As variáveis independentes serão os objetivos da PND e a Estratégia Nacional de Defesa (END) e a variável dependente será a contribuição desses especialistas para o Grande Comando apoiado por essa equipe.

A medição das variáveis independentes será realizada pelo estudo descritivo de seus objetivos e pressupostos. Já a variável dependente será medida pelos resultados obtidos durante a missão em prol da consecução das variáveis independentes. Dessa forma, será possível verificar como o emprego desses especialistas como assessores de Operações Especiais pode contribuir com a PND.

1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O estudo será realizado abarcando as legislações de Defesa de mais alto nível, em particular, a PND e a END, objetivando entender a importância da participação do Brasil em Operações de Paz. Também, serão estudados documentos que apresentam as capacidades e características dos operadores especiais. Além disso, o estudo de documentos da Organização das Nações Unidas que levaram ao estabelecimento da MONUSCO e da criação da *Force Intervention Brigade* (FIB), buscando compreender a necessidade de criação dessa equipe de especialistas e as experiências e resultados obtidos por seus integrantes, de forma a possibilitar a avaliação do atendimento aos objetivos da PND.

1.6 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Esta seção tem por objetivo discorrer de forma sucinta acerca dos principais tópicos que justificam este trabalho. Assim, a relevância desta pesquisa está apoiada em alguns aspectos importantes, os quais serão relatados a seguir.

A pesquisa é relevante porque traz a discussão a possibilidade de ampliação da participação do Exército Brasileiro em missões de Paz de forma relevante com a utilização de efetivos reduzidos altamente adestrados e capacitados.

Além disso, o projeto busca identificar e descrever as capacidades e principais contribuições dos Operadores de Forças Especiais no assessoramento em Operações de Paz multidimensionais, ao passo que apresenta possíveis ações da Força Terrestre no sentido de potencializar a participação do Exército Brasileiro em missões futuras, gerando conhecimento para possível aplicação prática.

Pretende-se, ao final da pesquisa, traçar outra abordagem de inserção no cenário internacional, por meio da possibilidade de participação em Operações de Paz multidimensionais, de forma diferenciada com o emprego de efetivos reduzidos, contribuindo para ampliar a participação do Brasil na busca pela manutenção da paz mundial. Espera-se ainda que a presente pesquisa sirva de referencial teórico para subsidiar futuros planejamentos, estudos e condutas dos órgãos competentes na área pesquisada.

Em suma, a proposta desta pesquisa é relevante para o país com base nos fatores acima elencados, que demonstram a importância do assunto sobretudo no campo da Defesa, apontando direções que podem ser seguidas para a consecução da Política Nacional de Defesa vigente.

1.7 METODOLOGIA

1.7.1 Tipo de pesquisa

Com base nos conceitos teóricos apresentados no Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), a metodologia que será empregada na confecção do trabalho científico será conforme o descrito a seguir. De acordo com a taxionomia de Vergara (2009), essa pesquisa será qualitativa, explicativa, bibliográfica e documental. Qualitativa, pois estará

privilegiando análises de documentos, relatos e entrevistas para acrescentar experiências e visões de militares como forma de aprofundar o estudo. Explicativa porque o autor buscará tornar o assunto o menos complexo possível. Bibliográfica porque terá sua fundamentação teórico-metodológica baseada na investigação dos assuntos abordados e na criação do conhecimento disponíveis em livros, manuais, artigos e redes eletrônicas de acesso livre ao público em geral. Documental porque se utilizará de documentos de trabalhos, relatórios, ofícios e memorandos não disponíveis para consultas públicas.

1.7.2 Universo da amostra

O universo do presente estudo são as principais experiências dos operadores especiais que participaram da Equipe Móvel de Treinamento de Combate em Ambiente de Selva, no contexto da Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo e às documentações disponíveis que sejam coerentes com a Política e a Estratégia Nacionais de Defesa. As amostras são do tipo não probabilística, classificadas por acessibilidade, conforme a facilidade de acesso a essas fontes. (VERGARA, 2009).

1.7.3 Coleta de dados

A coleta de dados se dará inicialmente com uma pesquisa bibliográfica, relacionando as informações levantadas na busca documental. A prioridade dessa coleta se dará nas legislações referentes à PND e à END. Em seguida, serão coletados documentos disponíveis nas Organizações Militares do Exército Brasileiro e da Organização da Nações Unidas, devido ao grau de sigilo ou pela indisponibilidade de publicações em fontes abertas, principalmente as relativas às Forças de Operações Especiais. As conclusões decorrentes desta pesquisa permitirão verificar se o emprego de Operadores Especiais como assessores pode contribuir para ampliar a participação brasileira e Operações de Paz de forma relevante e otimizada.

1.7.4 Tratamento de dados

Os procedimentos qualitativos de pesquisa foi a abordagem escolhida para o levantamento dos dados deste trabalho, tendo em vista a razão da natureza do problema dessa pesquisa e do perfil do pesquisador. Os dados serão tratados pela análise do conteúdo, que, segundo Vergara (2009), é “uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”. Isto ocorrerá durante toda a investigação, tanto na pesquisa bibliográfica quanto na documental. Dessa forma, a partir do estudo das Operações de Paz, das características da República Democrática do Congo, da PND, da END, das publicações referentes às Operações Especiais e da experiência referente à atuação da equipe de Operadores Especiais inseridos na JWMTT, serão identificados os resultados obtidos por esses especialistas em proveito da Política Nacional de Defesa.

1.7.5 Limitações do Método

As limitações do método escolhido se dão por se tratar de pesquisa bibliográfica e, por isso, será limitado às consultas realizadas pelo autor. Entretanto, a maior variação possível será premissa deste trabalho, sendo de extrema importância para a seleção das fontes a serem utilizadas, a fim de se evitar que a análise subjetiva seja tendenciosa. Desta forma, a metodologia utilizada terá por finalidade evidenciar de forma objetiva e clara, os seus tipos, universo e amostra, tratamento de dados e as limitações dos métodos elencados. Portanto, o método escolhido será adequado, possibilitando alcançar com sucesso o objetivo final desta pesquisa.

2 AS OPERAÇÕES ESPECIAIS

Operações Especiais são operações conduzidas por forças militares especialmente organizadas, treinadas e equipadas, em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis, visando a atingir objetivos militares, políticos, psicossociais e/ou econômicos, empregando capacitações militares específicas não encontradas nas forças convencionais. Podem ser conduzidas de forma singular, conjunta ou combinada, normalmente em ambiente interagências, em qualquer parte do espectro dos conflitos (BRASIL, 2019).

As Operações Especiais devem ser conduzidas por forças militares que possuem organização, treinamento e equipamento diferenciados em relação às forças militares convencionais, essas forças são doutrinariamente denominadas como F Op Esp.

As F Op Esp são tropas de operações especiais aptas à condução da guerra irregular, que, pela versatilidade que lhe confere a estrutura, o grau de instrução e o grande número de especialistas, pode ser empregada em grande variedade de missões que contribuem para a consecução dos objetivos da força como um todo (BRASIL, 2015).

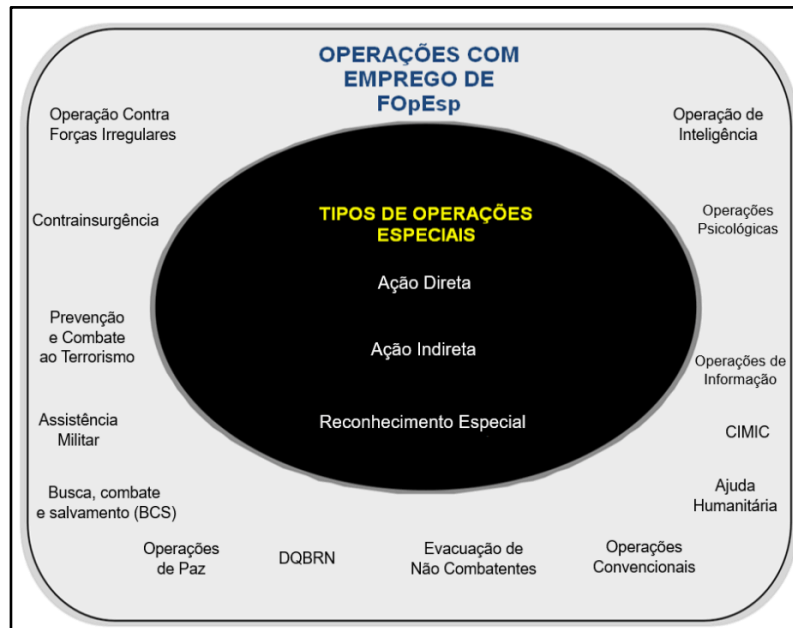
Com esses conceitos, pode-se verificar que o campo de atuação das F Op Esp atinge altos níveis de planejamento abarcando alvos e ameaças de valores estratégicos cujos efeitos colaterais podem alcançar até mesmo o nível político. Nesse sentido, o emprego de doutrina que busque a melhoria de resultado nas atuações das F Op Esp, pode criar melhores condições para que o país cumpra seus objetivos nacionais de defesa ou que possa contribuir para que países amigos o façam.

2.1 AS OPERAÇÕES ESPECIAIS NO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Comando de Operações Especiais (C Op Esp) é responsável por orientar, planejar e executar as operações especiais do EB. Sendo assim, possui capacidades operacionais específicas que permitem a realização de suas atividades e tarefas, contando com estrutura organizacional, pessoal e materiais especializados.

Ainda, levando-se em conta o amplo espectro dos conflitos atuais, o C Op Esp congrega capacidades para a condução dos diferentes tipos de operações especiais (Ações Diretas, Ações Indiretas e Reconhecimento Especial), além das operações psicológicas e de defesa química, biológica, radiológica e nuclear (DQBRN).

Figura 1 - Operações com emprego de FOpEsp do Exército Brasileiro.



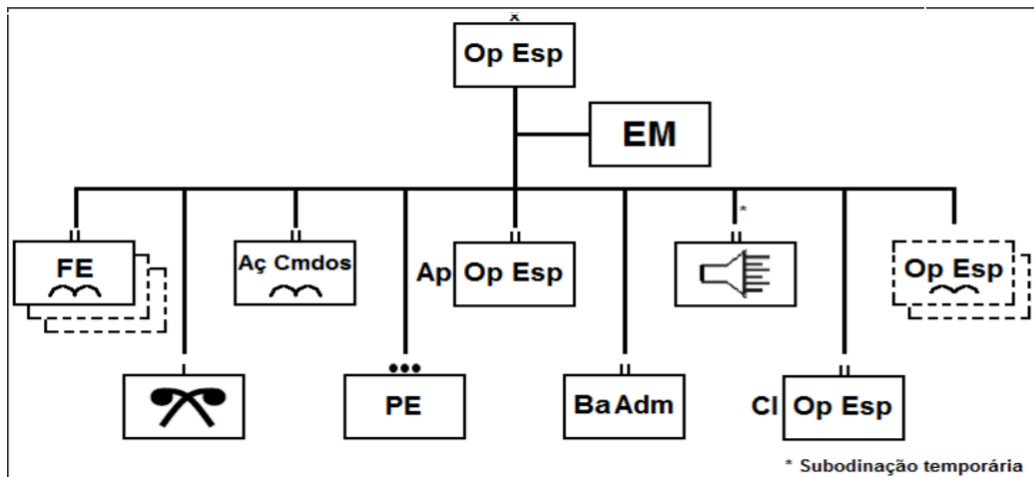
Fonte: (BRASIL, 2017).

O Comando de Operações Especiais (C Op Esp), sediado na cidade de Goiânia-GO, possui como principais peças de manobra, seus dois batalhões operacionais: o 1º Batalhão de Ações de Comandos (1º BAC) e o 1º Batalhão de Forças Especiais (1º B F Esp), além de possuir ligação tecnicamente com a 3ª Companhia de Forças Especiais (3ª Cia F Esp), que foca seu emprego no ambiente da amazônico, sendo sediada em Manaus-AM.

A estrutura do C Op Esp é composta por organizações militares que visam prestar suporte às unidades principais, bem como, cumprir outras missões subsidiárias, são elas: o Centro de Instrução de Operações Especiais (CI Op Esp),

com sede em Niterói-RJ; o 1º Batalhão de Operações Psicológicas (1º B Op Psc); o Batalhão de Apoio às Operações Especiais (B Ap Op Esp); a Base Administrativa (B Adm); a Companhia de Defesa Química Biológica, Radiológica e Nuclear (Cia DQBRN) e o 6º Pelotão de Polícia do Exército (6º Pel PE), sediados em Goiânia-GO.

Figura 2 - Estrutura organizacional do Comando de Operações Especiais.



Fonte: (BRASIL, 2019).

O Centro de Instrução de Operações Especiais (CI Op Esp) é o responsável por capacitar os recursos humanos que integram as organizações militares do C Op Esp, contribuir para o desenvolvimento da doutrina de Operações Especiais no Exército Brasileiro e realizar a pesquisa e a experimentação de novas técnicas operacionais e de equipamentos peculiares às Operações Especiais. Nesse contexto, no CI Op Esp são ministrados os Cursos de Ações de Comandos e de Forças Especiais, além dos estágios de Mergulho Básico, Mergulho de Combate, Caçador de Operações Especiais e Operações Aquáticas. (BRASIL, 2019).

Nesse contexto, o 1º Batalhão de Forças Especiais é uma organização militar especializada da Força Terrestre, orgânica do Comando de Operações Especiais, que enquadra elementos de Forças Especiais, com capacidade de planejar, conduzir e/ou realizar operações especiais (ações diretas, indiretas e reconhecimento especial), bem como pode executar atividades e tarefas em operações psicológicas, de inteligência e de informação. (BRASIL, 2019).

Ainda, a versatilidade que lhe conferem a estrutura, o grau de instrução e o número de especialistas orgânicos, o 1º BFEsp pode, também, ser empregado em diversos tipos de missões, como guerra de guerrilhas, subversão, sabotagem, apoio

à fuga e evasão, operações contra forças irregulares e operações de prevenção e combate ao terrorismo. (BRASIL, 2019).

2.2 TIPOS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

As Operações Especiais são divididas em três tipos: ação direta, ação indireta e reconhecimento especial. Por vezes, não é possível perceber distinção entre os tipos de Op Esp, pois eles constituem atividades interdependentes e complementares, que podem ser conduzidas, ao mesmo tempo, por uma ou mais F Op Esp. A ação direta, a ação indireta e o reconhecimento especial representam as bases das missões das forças de operações especiais do Exército Brasileiro.

O Reconhecimento Especial é a operação conduzida por forças de operações especiais, em áreas hostis, negadas ou politicamente sensíveis, com o intuito de obter, confirmar ou atualizar dados e conhecimentos de importância estratégica, operacional ou, eventualmente, tática, necessárias para o planejamento e para a condução de operações militares, empregando capacidades normalmente não encontradas em forças convencionais. Essas operações são normalmente definidas pela execução das seguintes tarefas, dentre outras: localizar, reconhecer, avaliar, monitorar e realizar vigilância e levantamento estratégico de área (LEA) do mais alto escalão em presença.

A Ação direta é uma ação de choque de pequena envergadura e de curta duração, realizada por tropa capacitada, de valor e constituição variáveis, por meio de uma infiltração terrestre, aérea e/ou aquática, contra alvos de valor significativo, localizados em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis. Esse tipo de operação é realizado exclusivamente por F Op Esp, particularmente tropas de Comandos. No Exército Brasileiro, são também chamadas de Ações de Comandos.

A Ação Indireta engloba organização, desenvolvimento, equipagem, instrução, direção e/ou assessoramento de forças irregulares, regulares, auxiliares e de atores estatais e não estatais, para a consecução de objetivos políticos, econômicos, psicossociais e/ou militares em situação de guerra e de não guerra. As ações indiretas são realizadas por integrantes das forças especiais. Consequentemente, os Destacamentos Operacionais de Forças Especiais (DOFEsp) são as frações aptas para a realização do planejamento, preparação e execução de operações de guerra irregular.

Nas situações de guerra, as ações indiretas orientam-se pela condução da Guerra Irregular (GI).

Guerra irregular é todo conflito armado conduzido por uma força que não dispõe de organização militar formal e, sobretudo, de legitimidade jurídico-institucional. É a guerra travada por uma força não regular. São consideradas formas de GI nesse contexto: a guerra de guerrilha; a subversão; a sabotagem; o terrorismo; e a fuga e evasão. (BRASIL, 2019, p.3-6).

3 AS OPERAÇÕES DE PAZ

3.1 AS OPERAÇÕES DE PAZ NA PND E NA END

Para a compreensão das operações de paz se faz necessária analisar alguns assuntos. Este trabalho baseia-se, inicialmente, na importância da presente temática nos documentos de Defesa nos níveis político e estratégico nacionais.

A Política Nacional de Defesa (PND) determina como objetivo nacional de defesa (OND) “contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais” (BRASIL, 2013). Para atingir esse objetivo, a Estratégia Nacional de Defesa (END) prevê como estratégias de defesa a promoção da integração regional, da cooperação internacional e a “atuação em organismos internacionais”. Nesse sentido, como ações estratégicas a END orienta o desenvolvimento de capacidades das Forças Armadas para o desempenho das responsabilidades crescentes em operações internacionais, sob a égide de organismos multilaterais, o aprimoramento e treinamento de civis e militares para participação em operações internacionais e a atuação em foros multilaterais e mecanismos inter-regionais. Tudo com a finalidade de apoiar “à política exterior, com ênfase nas operações de paz e ações humanitárias, integrando Forças da ONU ou [...] organismos multilaterais da região” (BRASIL, 2013).

Seguindo as prescrições da PND e END a Política Setorial de Defesa (PSD) estabelece como objetivo setorial de defesa (OSD) “incrementar o apoio à política externa [...] em consonância com os interesses nacionais para promover a confiança mútua [...] visando à solução pacífica de eventuais conflitos [...] além de contribuir para a paz e segurança internacional.” (BRASIL, 2019). Sendo assim, a PSD elenca como ação setorial de defesa “participar de operações de paz”. Nesse contexto, o Exército Brasileiro (EB) estabeleceu como um objetivo estratégico “ampliar a projeção do Exército no cenário internacional”, para tanto adotará como estratégias o “incremento da atuação da Diplomacia Militar” e o “aumento da capacidade de projeção de poder”. Dessa forma, a Força estabeleceu como ações estratégicas, “aprofundar e ampliar a cooperação com os países do entorno estratégico”, dentre os quais enquadra-se a República Democrática do Congo, e “preparar forças para atuar em missões de paz”.

Cabe destacar, no intento de fundamentar de forma preliminar esta pesquisa nos documentos político-estratégicos, alguns aspectos elencados pelo do Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN) de 2020, a saber:

“Uma expressão evidente da **crescente importância** do Brasil na área da paz e da segurança tem sido sua **participação em operações de paz**. Tais operações são um dos principais instrumentos à disposição da comunidade internacional para lidar com ameaças de conflito, bem como evitar que países em situações de pós-conflito vejam ressurgir a violência armada. Ao lado das agências, fundos e programas da ONU, as missões de paz são importante face da Organização, uma vez que **representam a principal forma de ação militar legal e legítima da comunidade internacional para garantir a segurança coletiva**” (BRASIL, 2020, p. 9, grifo nosso)

Além disso, o documento esclarece que o Brasil entende que há uma diferenciação entre as missões de paz e os conflitos. Reforça que a construção da paz se sustenta na imparcialidade da ONU como agente, conferindo-lhe a legitimidade e validade política. Desse modo, o Brasil compreende que as missões de paz possibilitam às partes em litígio um ambiente de segurança capaz de assentar bases para uma paz duradoura.

Cabe ressaltar que a documentação no âmbito da Defesa ampara que as operações de paz devem apoiar-se sobre quatro elementos: segurança, fortalecimento institucional, reconciliação nacional e desenvolvimento. A participação brasileira nas missões de paz tem se distinguido pelo esforço na reconstrução dos países em suas bases sociais e no fomento ao desenvolvimento econômico sustentável. Nessa direção, o LBDN reitera que [...] “estes esforços almejam a promoção de programas inovadores de cooperação técnica em áreas onde o Brasil tem destacada relevância no panorama mundial, como as de segurança alimentar, agricultura, capacitação profissional, saúde, segurança e infraestrutura.” (BRASIL, 2016).

Baseado nesses aspectos, cabe traçar algumas considerações sobre aspectos conjunturais prospectivos e as operações de paz abordadas pelo Cenário de Defesa 2020-2039, elaborado pela Assessoria Especial de Planejamento (ASPLAN) do Ministério da Defesa (MD) em 2017. No âmbito internacional, restrita à dimensão econômica, o documento adverte que a busca por recursos naturais será impulsionada pelo crescente desenvolvimento das nações, gerando cobiça por áreas continentais ainda não exploradas, a exemplo da porção Leste da RDC.

No campo político, o Cenário de Defesa 2020-2039 prevê que a ONU pretende permanecer como instância para solução de conflitos inter e intraestatais, apoiada pela formação de coalizões multinacionais para sanções políticas, econômicas e militares, como as que ocorrem na RDC com o envolvimento da ICGLR e seus

membros. Na dimensão social o documento prospecta que a globalização promoverá enriquecimentos regionalizados, nutrindo conflitos internos e externos que provavelmente somente serão ecerrados com a diminuição das desigualdades e da pobreza.

O documento prospecta ainda manutenção do continente africano como uma das regiões mais conflituosas no globo, onde interesses escusos patrocina grupos armados, o terrorismo e a fragmentação de Estados.

Finalmente, no campo militar, o documento comprova a tese de prevalência dos conflitos assimétricos e híbridos perante os convencionais. Nesse contexto, combatentes irregulares e organizações criminosas atuarão em áreas instáveis e Estados fragilizados, gerando crescimento dos conflitos assimétricos e híbridos, principalmente, no continente africano.

3.2 BREVE HISTÓRICO DA ONU E DAS OPERAÇÕES DE PAZ

A manutenção da paz, em sua forma mais básica, é o emprego de um conjunto de procedimentos que reduzem a probabilidade de as pessoas se envolverem em ações violentas. Na construção da paz é feita uma tentativa de estabelecer mecanismos que excluam a necessidade de violência futura, já manutenção da paz tenta parar ou inibir a capacidade de cada lado de cometer ações violentas, geralmente enviando soldados de nações neutras para conter e limitar a violência (RAGHAVAN, 2013).

A Carta das Nações Unidas foi assinada em 26 de junho de 1945 em São Francisco, após o término da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional e entrou em vigor a 24 de outubro daquele ano. No inciso 7, do artigo 2, do capítulo 1, prescreve como um dos princípios que:

“Nenhum dispositivo da presente Carta **autorizará** as Nações Unidas a **intervirem** em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os Membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta; este princípio, porém, **não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas** constantes do Capítulo VII.” (ONU, 1945, p. 3, grifo nosso)”

As operações de paz da ONU estão previstas na Carta das Nações Unidas, em seus capítulos VI, VII e complementada pelo VIII, dos quais ressalta-se:

Capítulo VI – **Solução Pacífica de Controvérsias**

[...] Artigo 33 - As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma **solução por negociação**, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a organismos ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à escolha [...]

Artigo 36 - 1. O Conselho de Segurança poderá, em qualquer fase de uma controvérsia da natureza a que se refere o artigo 33, ou de uma situação de natureza semelhante, **recomendar procedimentos ou métodos de solução apropriados**.

2. O Conselho de Segurança deverá tomar em consideração procedimentos para a solução de uma controvérsia que já tenha sido adotado pelas partes [...]

Artigo 37 – 1. O Conselho de Segurança poderá em qualquer fase de uma controvérsia [...] recomendar procedimentos ou métodos de solução apropriados à sua solução [...]

Capítulo VII – **Ação relativa a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão.**

Artigo 40 – A fim de **evitar que a situação se agrave**, o Conselho de Segurança poderá [...] convidar as partes interessadas a **aceitarem as medidas provisórias** que lhe pareçam necessárias ou aconselháveis [...]

Artigo 42 – No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas [...] são inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a **ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais**. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos membros das Nações Unidas.

Capítulo VIII – **Acordos Regionais**

Artigo 52 [...] Nada na presente Carta impede a **existência de acordos ou de entidades regionais**, destinadas a tratar dos assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais que forem suscetíveis de uma ação regional [...].

Artigo 53 [...] O Conselho de Segurança utilizará, quando for o caso, tais acordos e entidades regionais para **ação coercitiva sob a sua própria autoridade**. (ONU, 1945, p 38-73, grifo nosso).

As Operações de Paz buscam proteger a população local, mantendo o cessar-fogo enquanto conduzem negociações e constroem acordos de paz. A ONU foi fundada com o objetivo de prevenir guerras da escala das duas guerras mundiais, bem como reafirmar os direitos humanos e garantir que as forças armadas não fossem utilizadas, exceto quando fosse de interesse comum.

Além do acima exposto, a ONU deveria abordar as falhas da comunidade internacional em relação às atrocidades do Holocausto. A Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, Resolução 260 da ONU, foi assinada em dezembro de 1948 (SCHABAS, 2015).

De autoria do advogado Raphael Lemkin, que inventou a palavra e cuja campanha com o apoio dos Estados Unidos trouxe o conceito à ONU, definiu genocídio em termos jurídicos como atos específicos cometidos com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um nacional, grupo étnico, racial ou religioso (RAGHAVAN, 2013).

Além disso, definiu os crimes que poderiam ser punidos pela convenção como genocídio; conspiração para cometer genocídio; incitação direta e pública para cometer genocídio; tentativa de cometer genocídio; e cumplicidade no genocídio. Em 2014, 146 estados ratificaram ou aderiram ao tratado (RAGHAVAN, 2013).

Convém listar que as premissas básicas das operações de paz são: o uso da força apenas em autodefesa ou na defesa do mandato concedido pelo Conselho de Segurança da ONU, imparcialidade e o consentimento das partes. Assim, as missões de paz da ONU são instrumentos por meio dos quais a Organização ajuda a preservar a paz que esteja ameaçada ou tenha sido restabelecida após um conflito, não constituindo uma forma de intervenção em conflito militar em favor de um lado ou de outro.

A participação de outros atores além do componente militar em uma operação de paz em um ambiente complexo caracteriza as operações de paz multidimensionais.

As operações multidimensionais incorporam em sua constituição diversos atores além do componente militar, aumentando a demanda por recursos em sua implementação, e uma maior necessidade de coordenação das ações entre os diferentes componentes durante o seu transcurso.

4 A RDC E O ESTABELECIMENTO DA MONUSCO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Não é o objetivo deste trabalho realizar estudo detalhado dos aspectos históricos da RDC. A biografia da região é rica e variada, e impacta diretamente nas necessidades da região, porém, uma sinopse deve servir para fins de caracterização da área.

A RDC é um estado excepcionalmente grande, tanto quanto a maior parte da Europa Ocidental, faz fronteira com nove países, possui uma área de cerca de 2.3 milhões de quilômetros quadrados, equivalente à extensão dos estados do Amazonas e Pará juntos. O país localiza-se na zona equatorial, é banhado pela bacia do rio Congo e coberto pela segunda maior floresta tropical do mundo, o que corresponde a cerca de 60% da área do país. (VISENTINI, 2010).

A bacia do rio Congo situa-se na porção central do país, esse aspecto cria uma barreira entre a capital, Kinshasa, no Oeste, as áreas ricas em minerais do sul e a parte oriental do Congo. O Leste também é bastante montanhoso, aumentando os problemas de circulação interna enfrentados pelo governo congolês ao tentar lutar contra as forças rebeldes.

A RDC também é altamente diversificada, abrigando mais de 250 grupos étnicos que falam pelo menos 700 línguas e dialetos locais. As pessoas vivem em uma pobreza terrível. Os pilares da economia são a agricultura, pesca e silvicultura. A terra é rica em minerais com cobalto, cobre, diamantes industriais, bem como 70% do coltan mundial, um importante componente da eletrônica. Essa riqueza, juntamente com um governo instável, levou a quadrilhas de contrabando que afetaram pesadamente a economia da RDC. Brigas internas entre grupos sobre quem tem direitos de mineração e distribuição são comuns. (CAMMAERT, 2013).

Em parte, isso é o que levou à criação de pelo menos cinco grupos armados principais ou mais poderosos na RDC, enquanto, de acordo com algumas aproximações, existem centenas de grupos rebeldes menores e menos influentes. Também é importante considerar, entretanto, como o clima de conflito criou uma situação em que era mais plausível minerar ilicitamente do que cultivar na RDC. Muitos civis recorreram à mineração ilícita quando as terras foram destruídas pela

guerra ou quando a lucratividade foi demonstrada ser muito maior que parecia a única opção para muitos (KAKALA, 2016).

A RDC foi uma ex-colônia belga e tornou-se independente em 1960, porém instabilidades sociais e políticas, fomentadas pelas incertezas e disputas da Guerra Fria, alçaram ao poder Mobutu Sese Seko, no então denominado Zaire. Uma sucessão de eventos e crises a partir de 1994 (Genocídio em Ruanda) culminaram com a tomada do poder por Laurent Kabila em 1997, que alterou o nome do país para República Democrática do Congo.

O genocídio em Ruanda ocorreu durante a guerra civil ruandesa que começou em 1990 entre o governo liderado pelos hutus e a Frente Patriótica Ruandesa, composta em grande parte por tutsis que haviam fugido de Ruanda durante um conflito anterior. Mais de 800.000 pessoas morreram em menos de 100 dias, pelo menos 20% da população de Ruanda e, segundo algumas estimativas, chega a 70% dos tutsis que vivem no país (GOUREVITCH, 1998, p. 151).

Quanto à debilidade do Estado congolês, esta é resultado de um processo histórico-estrutural, no qual não se conseguiu criar as capacidades institucionais necessárias - tanto civis quanto militares - para garantir o controle territorial do país pelo Estado (Silva 2011). Cabe ressaltar que a atuação do Estado, bem como sua própria existência são fundamentados pelo monopólio dos meios de coerção e pela legitimidade - delegada pela sociedade, que aceita dessa forma o mando do Estado. No caso congolês, ambos elementos têm sido historicamente deficientes.

4.2 A MONUSCO

A ONU implantou sua primeira missão de paz na RDC em 1960, quando o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) acordou a resolução 143 em 14 de julho daquele ano, criando a Missão das Nações Unidas no Congo (ONUC). Essa missão, tinha por objetivo supervisionar a retirada de tropas belgas e assistir o estabelecimento de um governo local, estendeu-se até junho 1964. Em 1999, após a assinatura dos Acordos de Lusaka, a ONU criou a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) (CHAVES, 2014).

A MONUC foi encarregada de supervisionar o cessar fogo entre as partes beligerantes da Segunda Guerra do Congo, essa missão estendeu-se ante um cenário

complexo de violência crescente na porção leste da RDC, área contestada pela presença de mais de 80 grupos armados, com destaque para o Movimento 23 de Março (M23), as Forças Democráticas pela Libertação de Ruanda (FDLR), as Forças Democráticas Aliadas (ADF), o Exército de Resistência do Senhor (LRA) e as milícias Mai Mai como a Aliança dos Patriotas por um Congo Livre e Soberano (APCLS) (TULL, 2016).

Neste contexto, uma variedade de atores operava em uma área com riquezas minerais abundantes, como ouro e coltan, cobertos pela densa floresta tropical congoleza em região montanhosa próxima a fronteiras permeáveis da RDC com a República Centro Africana (RCA), Sudão do Sul, Uganda, Ruanda, Burundi, Tanzânia e Zâmbia, no coração dos Grande Lagos Africanos. O estado de agravamento da violência e incapacidade de cumprir o mandato, especialmente no que tange a proteção de civis, levaram a ONU a encerrar a MONUC e estabelecer, pela resolução 1925 de maio de 2010, a Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO) (ICGLR, 2013).

O CSNU autorizou à MONUSCO o “uso de todos meios necessários para condução do seu mandato, particularmente para a proteção de civis, trabalhadores humanitários e defensores dos direitos humanos ante ameaça ou iminência de violência física e apoiar o governo congolês em seus esforços de estabilizar e consolidar a paz na região.” Esta resolução e suas subseqüentes renovações de mandato até 2019 foram constituídas sob as prerrogativas do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, corroborando uma tentativa de responder à natureza complexa do conflito na região (CHAVES, 2014).

Neste cenário, a partir de 2013, constituiu-se a FIB, numa pronta resposta à rendição da cidade de Goma pelo grupo armado M23 no final de 2012. A Brigada de Intervenção arquitetou-se por meio da iniciativa PSC Framework, foi mobilizada com pessoal e meios dos países integrantes da SADC e subordinada à MONUSCO (ICGLR, 2013). A composição de um mecanismo robusto, com maior liberdade para o uso da força, proporciona a operação de paz na RDC de um pioneirismo e, potencialmente, consolida uma nova fase ou família de missões de paz da ONU (KENKEL, 2013, p. 132).

No ano de 2018, o então *Force Commander* da MONUSCO, General de Divisão Elias Rodrigues Martins Filho percebendo as dificuldades de planejamento

enfrentadas pela Brigada de Intervenção, no contexto das Operações Contra Forças Irregulares, notadamente em ambiente de selva, aliado aos desafios táticos experimentados pelas tropas que compõem a FIB solicitou ao *Department of Peace Operations* (DPO) em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América (EUA) o emprego de uma equipe de especialistas brasileiros para cooperar com o adestramento das tropas durante o seu desdobramento na área de operações.

5 A EQUIPE MÓVEL DE TREINAMENTO DE COMBATE EM AMBIENTE DE SELVA

5.1 CARACTERÍSTICAS DESEJÁVEIS DO ASSESSOR DE OP ESP

O assessor de Operações Especiais deve possuir a capacidade de trabalhar dentro de uma cadeia de comando bem definida pelo *Force Commander*, além disso para que possa atuar de maneira eficaz, esse militar deve ganhar a confiança de seus colegas e de seus principais clientes: o FC e o Comandante da FIB. Esse relacionamento, no entanto, é apenas um prelúdio para o principal objetivo: inspirar a Brigada de Intervenção a atuar de forma mais eficiente.

Como os assessores são especialistas que operam em ambiente volátil, incerto, complexo, ambíguo (VUCA, no acrônimo em inglês), existem alguns traços de personalidade que aumentam bastante a capacidade do Operador de se adaptar e prosperar em uma cultura estrangeira, como é o caso do ambiente das Operações de Paz.

Essas características incluem a tolerância à ambiguidade, a capacidade de estabelecer objetivos tangíveis e definição de tarefas, mente aberta, a capacidade de reter julgamento, empatia, senso de humor, comunicação, flexibilidade, curiosidade, motivação de si e dos outros, autoconfiança, tolerância às diferenças, perceptividade e a capacidade de aceitar e aprender com o fracasso, algumas dessas características são princípios intrínsecos das Operações Especiais (BRASIL, 2017).

Dessa forma, a seleção de indivíduos especializados em Operações Especiais para compor a JWMTT foi fundamental para potencializar as capacidades da equipe. O processo de seleção e treinamento das Forças Especiais é projetado para otimizar as habilidades inerentes dos Operadores por meio de uma variedade de experiências operacionais e de treinamento, principalmente as voltadas para o adestramento de forças regulares e irregulares.

5.2 LEVANTAMENTO DO CENTRO DE GRAVIDADE DOS GRUPOS ARMADOS

A Operação contra Forças Irregulares deve ter como ponto focal a conquista do apoio da população local do Teatro de Operações / Área de Operações, que também será objetivo das Forças Irregulares (BRASIL, 2017).

Uma das primeiras atividades realizadas pela equipe de assessores de Operações Especiais foi a participação no levantamento do Centro de Gravidade (CG) das forças antagônicas da Área de Operações. Esse exercício teve por finalidade aumentar a integração do Estado-Maior (EM) da FIB, bem como, tornar claro para seus integrantes onde deveriam ser empregados os principais esforços para combater o Grupo Armado - *Allied Democratic Forces* (ADF) e, ao mesmo tempo mitigar nossas vulnerabilidades.

Após análise metodológica observou-se que o Centro de Gravidade da ADF são seus próprios combatentes (braço armado) e as principais vulnerabilidades da FIB levantadas foram a conquista do apoio da população e a sincronização do apoio de fogo aéreo, em especial suas aeronaves de ataque de asa rotativa: Mil Mi-24 da Ucrânia e AH-2 *Rooivalk* da África do Sul.

A Brigada de Intervenção não possui apoio de fogo orgânico e depende da atuação de seus meios aéreos que, aliado às limitações naturais da aviação de asa rotativa, ainda carecem de capacidade de voo noturno, exceção feita às aeronaves sul-africanas.

A identificação do CG da ADF contribuiu para o redirecionamento das operações implementadas pela FIB, com foco mais voltado para o levantamento detalhado de informações que possibilitassem precisar a localização do Grupos Armados dentro da cobertura vegetal proporcionada pela densa floresta. Essas informações possibilitaram a realizações de ações mais robustas e diretas em conjunto com as Forças Armadas locais.

5.3 CONSCIÊNCIA CULTURAL DOS OPERADORES ESPECIAIS

As Considerações Cívicas e o entendimento abrangente de fatores socioculturais e psicossociais são a chave para a compreensão da população local da área de operações. Nesse aspecto, as F Op Esp são particularmente capazes de prestar o assessoramento especializado aos comandantes e EM dos elementos apoiados, bem como de contribuir para a preparação das forças convencionais, capacitando-as a operar em melhores condições e de forma mais efetiva junto à população local de um TO/A Op (BRASIL, 2017).

A linguagem é um elemento aprendido da cultura que constitui um sistema de símbolos que as pessoas usam para se comunicar. Nesse sentido, a equipe de especialistas buscou conhecer elementos básicos das culturas da África do Sul, Malawi, Tanzânia e da RDC. A comunicação bem-sucedida requer uma compreensão do ambiente social, comportamentos apropriados em relação a diferentes status e papéis, além de comunicação não-verbal.

Os idiomas usados no ambiente operacional dos Operadores de Forças Especiais, mormente o inglês, têm grande impacto na missão de assessoramento. A identificação prévia dos idiomas possíveis de ser empregados na missão facilita o treinamento durante a fase de preparação, principalmente com o objetivo de ampliar a capacitação do idioma instrumental (termos militares específicos) e assim, possibilitando o seu aperfeiçoamento durante a fase de emprego.

O francês é outro idioma que tem forte influência nas atividades dos assessores de Operações Especiais. Esse idioma é utilizado na maioria dos contatos com a população local e integrantes civis da MONUSCO, bem como, com os militares mais experientes das Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC). No entanto, a utilização de intérpretes é aspecto crítico para a comunicação com as forças locais, pois nem todos seus integrantes falavam o francês, conhecendo apenas o *Lingala* ou *Swahili*.

Essa limitação foi superada, devido à existência de alguns militares congolezes que falavam o português e o inglês, contribuindo assim para o entendimento dos assuntos a serem desenvolvidos.

O conhecimento da cultura e da estrutura social favorece o assessor de Operações Especiais na compressão das atividades a serem desenvolvidas com os nativos. O correto entendimento da cultura influencia na análise precisa das Forças Locais e suas prioridades.

A preparação da tropa de forma a desenvolver o respeito pelos costumes, cultura e modo de vida da população local do TO/A Op é de fundamental importância para o cumprimento de tarefas desencadeadas por F Op Esp. Em um cenário politicamente sensível, por exemplo, uma violação impensada de lei ou costume local pode repercutir desfavoravelmente e prejudicar seriamente a operação (BRASIL, 2017, p. 4-21).

5.4 CAPACITAÇÃO DAS TROPAS ORGÂNICAS

Constituir-se em multiplicador de forças, por meio da ação de organizar, desenvolver, equipar, instruir e dirigir forças regulares e irregulares locais dentro da área de Op é uma das capacidades das Forças de Op Esp (BRASIL, 2017, p. 3-5).

Nesse sentido, após contatos e interações iniciais com os Batalhões da FIB, foi observado que no âmbito das suas frações, existiam limitações quanto às Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP) diversos. As tropas da FIB apresentavam grande deficiência de conhecimentos técnicos sobre Dispositivos Explosivos Improvisados (IED), comunicações, saúde - *Tactical Combat Casualty Care* (TCCC) e técnicas de tiro. Diante dessas oportunidades de melhoria levantadas, os assessores foram empregados de maneira a proporcionar treinamentos de alto nível específicos voltados para a realidade a ser vivenciada pelas tropas.

Esses treinamentos foram planejados de modo a fornecer o mínimo teórico necessário para compressão da técnica a ser executada e garantir a execução do procedimento proposto no exercício. Para todas essas demandas a atuação do Operador de Forças Especiais foi fundamental para a correta compreensão da necessidade do emprego da ferramenta técnica apresentada, bem como o entendimento de suas vantagens nas situações reais de combate.

Após essa fase de absorção de conhecimento, os quadros eram treinados de maneira a atingir o padrão necessário para disseminar o conhecimento e a técnica adquirida para os subordinados de suas respectivas Unidades, reafirmando assim, o fator multiplicador exercido pelo emprego dos Operadores de Forças especiais.

5.5 NIVELAMENTO DE PROCEDIMENTOS

Segundo (ONU, 2015), dentre as principais capacidades das F Op Esp destacam-se: realizar Reconhecimento Especial, Tarefas Especiais e Assistência Militar em todo o espectro de operações militares dentro de um contexto de manutenção da paz e cooperar estreitamente como facilitadores.

A fim de padronizar procedimentos dentro da FIB, os assessores de Operações Especiais buscaram realizar reuniões específicas para estabelecer Procedimentos Operacionais Padrão (POP) em diversas áreas como na exploração das

comunicações através selva, nos procedimentos diante de IED empregados pelos elementos da ADF, na atuação da Força de Reação Rápida (QRF) e na solicitação de apoio de fogo aéreo – *Close Air Support* (CAS).

Nesses assuntos, o assessor de Operações Especiais buscou conhecer os procedimentos que eram adotados por algumas unidades, agregando valor e alcançando um denominador comum de forma que todas as interações ocorressem de forma integrada e uniforme. Algumas informações foram fruto de análise detalhada de relatórios e registros de operações tanto das tropas da ONU como das tropas locais das FARDC, durante a fase de preparação da equipe.

Cabe destacar as reuniões inicialmente estabelecidas entre as tripulações das aeronaves de transporte *Atlas Oryx* da África do Sul, para tratar de procedimentos a serem realizados durante a execução das Operações de Força de Reação Rápida (QRF) e evacuação aeromédica – *Casualty Evacuation* (CASEVAC) e as reuniões com as tripulações das aeronaves de ataque disponíveis para apoiar a FIB. Após essas reuniões de coordenação foram realizados ensaios dirigidos pelos assessores especialistas com execução de QRF, nas bases mais isoladas da área de Operações da FIB.

Além dessas atividades, foram realizados treinamentos de comunicação terra-ar e solicitação de apoio de fogo por combatente não qualificado – *Close Air Support* (CAS). Esse treinamento mitigou os efeitos decorrentes da barreira linguística observada nas tripulações ucranianas, bem como, o estabelecimento de laços entre as tropas terrestres e os coordenadores de fogos de cada tripulação.

5.6 TREINAMENTO DAS TROPAS DAS FARDC

O Cmt da *Force Intervention Brigade*, no decorrer das atividades desenvolvidas pelos assessores, solicitou ao *Force Commander* que a equipe pudesse capacitar as forças locais. O Cmt da FIB utilizou a premissa de que as soluções para problemas internos devem vir de instituições internas e que a vitória a longo prazo contra grupos armados – *Armed Groups* (AG) não pode ser imposta externamente e sim realizada através dos governos e forças locais legítimos.

Nesse contexto, a solicitação supracitada foi levada às Nações Unidas e após aprovação a equipe de Operadores Especiais iniciou as ações de assessoramento e

adestramento de 3 (três) Batalhões das FARDC. Esse programa de treinamento teve a duração de 3 (três) meses para cada Unidade das Forças Locais, sendo um dos principais motivos para a extensão da missão de assessoramento por mais 6 (seis) meses. Os treinamentos foram baseados em dois tipos de missões que estão no rol das conduzidas por Elementos de Operações Especiais: Ações Indiretas e Assistência Militar.

Assistência Militar é o conjunto de ações destinadas à assessoria, à instrução, à formação ou à direção de forças militares ou de segurança em questões específicas. As ações de assistência militar fortalecem as relações de amizade do País com outras nações aliadas, beneficiando os interesses nacionais. Tais atividades se desenvolvem com base em acordos ou tratados bilaterais/multilaterais e configuram-se como instrumento multiplicador de forças no contexto da dissuasão. Esse tipo de ação vale-se da capacidade das F Op Esp, particularmente das Forças Especiais, de organizar, desenvolver, instruir e dirigir forças regulares e irregulares dentro do TO/ A Op (BRASIL, 2017).

Exemplo recente de Assistência Militar que tem alcançado impactos positivos no continente africano é Missão de Treinamento da União Europeia no Mali (EUTM Mali), que ocorre desde 2013 e conta com a participação de diversos países europeus como: Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Itália, Portugal, Reino Unido, Espanha, Suécia, dentre outros (REVISTA EJÉRCITO, 2014).

De forma semelhante, a assistência proporcionada pelos Operadores Especiais na RDC possibilitou melhor integração nas ações militares seguintes e nas Operações Combinadas das FARDC e da MONUSCO. Ações essas que incluem planejamento e cooperação tática, para garantir que todos os esforços possíveis estejam sendo feitos para neutralizar os grupos armados, contribuindo para a estabilização do país, a melhoria da situação de segurança e a restauração das autoridades do Estado.

5.7 DIREITOS HUMANOS

O objetivo principal da construção da nação é tornar pacífica uma sociedade violenta. Segurança, comida, abrigo e serviços básicos devem ser fornecidos primeiro, porque essas são as necessidades imediatas de vida ou morte (DOBBINS, 2007, p. 243).

Outra experiência implementada e que contou com a participação da equipe de assessores de Operações Especiais foi a inclusão de temas e fornecimento de treinamento em direitos humanos, direito internacional humanitário, proteção infantil e proteção contra a violência sexual para as FARDC. Esse trabalho foi realizado em um contexto interagências com as organizações civis componentes da estrutura da MONUSCO, como por exemplo a *Human Rights Due Diligence Policy* (HRDDP) e foi desenvolvido durante o programa de treinamento das tropas locais.

Assim, os Operadores de Forças Especiais contribuíram com os esforços enviados pelo governo da RDC para combater e prevenir a violência sexual em conflito, bem como, colaboraram para que as forças locais passassem a atuar de acordo com o direito humanitário internacional e o direito internacional dos direitos humanos, potencializando o trabalho interagência com as instituições civis da MONUSCO.

6 CONCLUSÃO

O presente trabalho abordou os aspectos que tangem a participação de Operadores de Forças Especiais dentro de uma Equipe de Treinamento voltada para o adestramento de tropas da ONU no contexto da Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo. Para isso, utilizou metodologia de pesquisa qualitativa, explicativa, bibliográfica e documental, tendo como universo as tropas de Operações Especiais do Exército Brasileiro, além da documentação disponível que aborde com coerência aspectos da Política e da Estratégia Nacional de Defesa, bem como, de dados referente às Operações de Paz e o estabelecimento da MONUSCO na República Democrática do Congo.

Assim, foram apresentados pontos previstos na Política Nacional de Defesa e nos documentos que a compõem que podem corroborar com o emprego e a participação do Brasil em Operações de Paz sob a égide de organismos multilaterais, ressaltando as contribuições significativas que essa participação pode trazer para a consecução de alguns objetivos nacionais de defesa.

Ainda, após abordar sobre as Operações Especiais, também buscou-se mostrar que os Operadores de Forças Especiais integrantes do C Op Esp do Exército Brasileiro operam nesse tipo de ambiente operacional, particularizando aspectos doutrinários de seu emprego e tipos de missão.

Além disso, foi feita também, uma breve descrição da criação da ONU e foram apresentados dados que esclarecem o histórico sucinto do país amigo, a necessidade de criação da missão de paz, o estabelecimento da Brigada de Intervenção, a solicitação do emprego da equipe de especialistas brasileiros, com enfoque nos trabalhos e resultados obtidos pelos especialistas em prol da missão e da RDC.

A demanda por assessores em Operações Especiais continua a crescer e ganhar visibilidade, em virtude de seu conhecimento de Operações Contra Forças Irregulares, ambiente em que se enquadram as Operações de Paz multidimensionais contemporâneas.

Todos os esforços dos elementos das Forças Especiais visam contribuir para atingir o seguinte estado final desejado pela MONUSCO na República Democrática do Congo: Um ambiente seguro e protegido, o Estado de direito estabelecido, o bem-estar social, um Governo estável e uma economia sustentável (ONU, 2019).

O sucesso desse assessoramento pode ser atribuído diretamente às competências transculturais adquiridas durante o Curso de Forças Especiais e desenvolvidas por meio de uma variedade de experiências operacionais e de treinamento adquiridas no Brasil e no Exterior, integrando Forças de Operações Especiais.

A capacidade dos Operadores de Forças Especiais de atuarem efetivamente como assessores em ambientes multinacionais, conjuntos, combinados, interagências e interdependentes representa, uma experiência única e cada vez mais, uma contribuição importante. Como tal, é provável que o especialista em Operações Especiais sirva como assessor com crescente frequência, nas Operações de Paz futuras.

Portanto, no atual cenário das Missões de Paz da Organização das Nações Unidas, principalmente as que envolvem conflitos caracterizados como Guerra Irregular, torna-se fundamental a manutenção do desdobramento de Operadores de Forças Especiais para o cumprimento de tão sensível missão.

Por fim, a experiência do assessoramento de Operações Especiais na MONUSCO contribui com o objetivo da Defesa Nacional de auxiliar na projeção de uma imagem positiva do Brasil no concurso das nações, particularmente, pela manutenção da paz e da segurança e pela participação em instâncias internacionais relevantes (BRASIL, 2012d).

REFERÊNCIA

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (Exército). **Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Rio de Janeiro: ECEME, 2012a.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Diretriz Geral do Comandante do Exército para o ano de 2019**. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/documents/10138/9474894/DIRETRIZ+DO+COMANDANTE+DO+EX%C3%89RCITO+2019+OTIMIZADO.pdf/eca42421-8af4-ddfa-e94a-0572f280c37b> >. Acesso em 03 janeiro de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília-DF, 2012b, Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa> >. Acesso em 03 janeiro de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas**. 5. Ed. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD33-M-02: Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas**, DF, 2008.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2012c. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf> >. Acesso em 03 janeiro de 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa**. Brasília-DF, 2012d, Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa> >. Acesso em 03 janeiro de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **EB70-MC-10.212: Operações Especiais**. 3. ed. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. **EB70-MC-10.305: O Comando de Operações Especiais**. 1. ed. Brasília, DF, 2019.

CHAVES, Sophie. C. **The United Nations Force Intervention Brigade in the Congo: a new horizon for peacekeeping?** CEBRI Dossiê Special Edition, v.1, ano 13. Rio de Janeiro: CEBRI, 2014.

CAMMAERT, P. (2013). Issue brief: The UN intervention brigade in the Democratic Republic of the Congo. *International Peace Institute*, 1-14.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Magda Lopes**. – 3 ed. – Porto Alegre: ARTMED, 296 páginas, 2010.

DOBBINS, James et al. **The beginner's guide to nation-building**. RAND Corporation, 2007.

DORN, A. Walter; BELL, David J. H. **Intelligence and peacekeeping: the UN operation in the Congo, 1960-64**. In: JONG, B; PLATJE, W.; STEELE, R.D (Ed). *Peacekeeping intelligence: emerging concepts for the future*, 2003.

GOUREVITCH, P. (1998). *We wish to inform you that tomorrow we will be killed with our families*. New York, NY: Farrar, Straus, and Giroux.

ICGLR. **Accord-cadre pour la paix, la sécurité et la coopération pour la République Démocratique du Congo et la région**. Addis Abeba: PSC Framework, 2013.

KAKALA, T. T., & Evans-Pritchard, B. (2016). *Illegal Mining Fuels DRC Conflict*. Retrieved from Global Voices Africa website: <https://iwpr.net/global-voices/illegal-mining-fuels-drc-conflict>. Acesso em 15 de junho de 2020.

KENKEL, Kai. M. **Fiver generations of peace operations: from “thin blue line” to “painting a country blue”**. Revista Brasileira de Política Internacional.n.56. Rio de Janeiro: IBRI, 2013.

ONU. **Carta das Nações Unidas – ONU**, 1945.

ONU. **Department of Peacekeeping Operations (DPKO). Forças Especiais em Missões de Manutenção da Paz da ONU**. 1a ed. Paris, FR, 2015.

ONU. **Security Council. Resolution 2409 (2019): Adopted by the Security Council at its 8216th meeting**, on 27 March 2018.

ONU. **United Nations Peacekeeping Operations Principles and Guidelines (Capstone Doctrine)**. New York, 2008.

RAGHAVAN, S. (2013, January 3). **Record Number of UN Peacekeepers Fails to stop African Wars**. Washington Post. <http://www.washingtonpost.com/world/record-number-of-un-peacekeepers-fails-to-stop-african-wars/2014/01/03/17ed0574>. Acesso em 27 de julho de 2020.

REVISTA Ejército. **La Asistencia Militar en Operaciones Especiales - La Experiencia en Mali**, Nº 880 de julio/agosto de 2014.

TULL, Denis. M. **United Nations Peacekeeping and the Use of Force**. Berlim: Stiftung Wissenschaft und Politik, n.20, abril, 2016.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

VISSENTINI, Paulo. F. **República Democrática do Congo**. Brasília: Thesaurus, 2010.